

Zenilton Custódio - 24/1/2001

**Suspensão**

Confronto entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico já fez com que o projeto de extração de algas calcárias na foz do Rio Piraquê-açu, por parte da Thotham Mineração, fosse engavetado em Brasília

# Criação de reserva marinha é polêmica

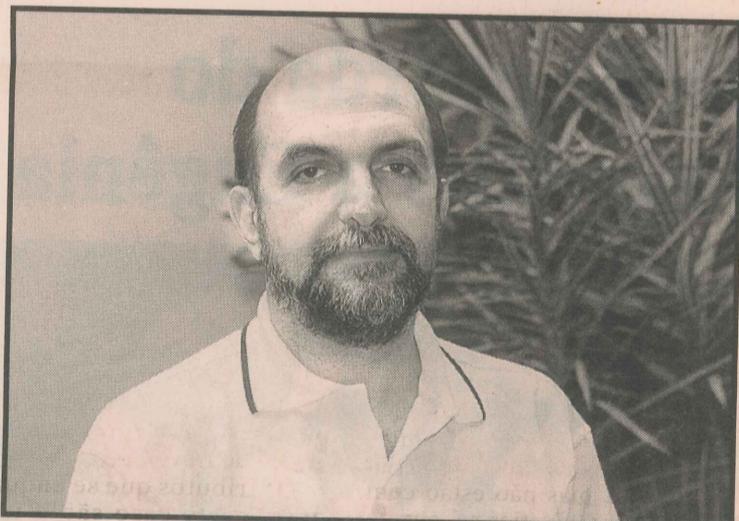
A limitação impediria novos projetos de empresas como Aracruz e Petrobras

GUSTAVO BELESA

Desenvolvimento econômico ou preservação do meio ambiente. A convivência harmoniosa entre essas duas questões está longe de ser resolvida e discussões sobre o assunto dificilmente terão um consenso, sem prejudicar uma das partes. Pelo menos foi o que se viu no debate que discute a criação da Reserva Extrativista Marinha (Resex) de Barra Nova, no Norte do Espírito Santo, que vai de Conceição da Barra a Aracruz e compreende ainda seis milhas náuticas mar adentro.

O evento foi realizado ontem, no Hotel Ilha do Boi, em Vitória, e reuniu prefeitos, secretários municipais e estadual, representantes do Ibama, empresários, organizações de proteção ao meio ambiente e comunidade pesqueiras de Linhares, São Mateus e Aracruz. Uma nova reunião será marcada ainda neste ano para prosseguir as discussões.

A legislação que cria a Resex inviabiliza qualquer empreendimento industrial em sua área de abrangência, segundo setores jurídicos da Petrobras e Aracruz Celulose. Isto é, afetaria diretamente a implantação do projeto de exploração de petróleo e gás natural naquela re-



Divulgação

**Indefinição**

Segundo Oswaldo Monte, os investimentos nos campos de Peroá e Cangoá estão ameaçados

gião, sobretudo em Linhares e São Mateus, bem como a movimentação de embarcações no Portocel, em Aracruz, além de novos empreendimentos projetados para o Norte do Estado.

A criação da reserva, em tramitação no Governo federal, abrange o litoral Norte do Estado e afeta diretamente o projeto da Petrobras nos campos de Peroá e Cangoá, orçado em US\$ 112 milhões, que compreende a produção de mais de 3 milhão de metros cúbicos de gás natural por dia, na Foz do Rio Doce.

Segundo o gerente da Unidade de Negócios de Exploração e Produção do Espírito Santo (UN-ES) da estatal, Oswaldo Luiz Monte, a empresa pretende conhecer melhor o projeto e apresentar suas considerações. "Patrocinamos o evento por entender que a

empresa será prejudicada. Ainda dependemos de licenças de operação para Cangoá e Peroá e entendemos que a Resex vai impossibilitar a sua concretização", comentou.

"No âmbito operacional, essa reserva também nos preocupa, pois fizemos investimento bilionário em Aracruz e dependemos da movimentação de barcaças carregadas de eucalipto naquela região", avaliou o diretor de Operações da Aracruz Celulose, Walter Lídio.

**Algas calcárias**

Para o prefeito de Linhares, Guerino Zanon, as discussões estão começando e ainda é cedo para tomar uma decisão. De acordo com ele, o momento é de colher informações sobre a Resex. "Há dois lados que pesam sobre o

assunto: o progresso e desenvolvimento econômico e o que trata da proteção ambiental, que é importantíssimo para preservações de espécies e do ecossistema. Tudo isso tem que ser colocado na balança", disse o prefeito.

Para a procuradora federal do Departamento Nacional de Proteção Mineral do Ministério de Minas e Energia, Ivone Vilanova Souza, a discussão é importante porque as empresas envolvidas podem contribuir para a conservação dos ecossistemas. Entretanto, ressalta, o país está carente de áreas de proteção ambiental e a região que abrange a Resex de Barra Nova é única no mundo, pois compreende a maior área de algas calcária do planeta.

A discussão para criação da Resex existe desde 2000, quando pescadores e ambientalistas defendiam a preservação daquela região. "Havia um projeto de extração dessa reserva, por parte da Thotham Mineração. Os documentos estão engavetado em Brasília, porque não garantem a reposição das áreas exploradas", destacou.

A procuradora lembrou ainda que foi por isso que começou o debate para criação da reserva. Sobre os projetos já consolidados na região, Ivone afirmou que o Governo federal terá que ressarcir as empresas instaladas naquela área. "Por outro lado, a preservação da região garante a subsistência dos pescadores artesanais", concluiu.